

EMENDA N° - CM (à MPV 989, de 2020)

A Medida Provisória nº 989, de 08 de julho de 20220 passa a ter a seguinte redação, suprimindo-se do Anexo II as anulações de dotações orçamentárias referentes ao Distrito Federal nas ações que especifica.

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 343.197.886,00 (trezentos e quarenta e três milhões, cento e novena e sete mil, oitocentos e oitenta e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura de crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme Anexo II.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.



ORGÃO:26000 – Ministério da Educação

UNIDADE: 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL/PROGR	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALICA	VAL			
AMÁTICA	ÇÃO/PRODUTO	OR			
		1.730.			
		000			
5013	Educação Superior – Graduação	o, Pós-			
	Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				
Operações Especiais					

SUPRIMINDO-SE

12364 5013 0048 0053	Apoio a Entidades de Ensino VALOR
	Superior Não Federais no 200.000
	Distrito Federal

FUNCIONAL/	PROGRAMA/AÇÃO/	VALOR
PROGRAMÁTICA	LOCALIZAÇÃO/PRODUTO	38.659.050
5011	Programa de Educação	
	Básica de Qualidade	

SUPRIMINDO-SE

12368 5011 20RP	Apoio	à	Infraestrutura	para	a	VALOR
0052	Educaç	ão	Básica no Distrito	Fede	ral	450.000



ORGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 – Fundo Nacional da Saúde

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL/ PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/ LOCALICAÇÃO/PRODUTO	Valor		
5019 Atenção Primária à Saúde 24.609.67				
ATIVIDADES				

SUPRIMINDO-SE

10301	5019	20YI	Impleme	ntaç	ão de	Polí	ticas de	VALOR
0053			Atenção	à	Saúde	no	Distrito	4.500.000
			Federal					

JUSTIFICAÇÃO

Esta Medida Provisória retira recursos de dotação orçamentária destinada ao Distrito Federal na área de apoio à infraestrutura de educação básica, da área de educação superior, da área de saúde e da área de cultura, áreas que não podem prescindir de recursos para o adequado funcionamento.

No tocante aos recursos retirados da infraestrutura da educação, estudos realizados por entidades especializadas apontam que há uma grande diferença em relação às infraestruturas disponíveis em escolas públicas e privadas quanto a investimento, tecnologia, projetos pedagógicos, laboratórios, espaços físicos, entre outros.

A deficiência na infraestrutura é um grande problema, pois além de prejudicar a qualidade do ensino, já que diminui o interesse do aluno, também contribui para a evasão escolar e a reprovação do estudante.

A escola que oferece uma boa infraestrutura contribui para o aprendizado do discente. De certa forma, muitas disciplinas podem ser



ilustradas por meio de experiências em laboratórios, o que torna o ato de aprender mais interessante e proveitoso.

É importante considerar que a infraestrutura não representa apenas os recursos físicos disponíveis para o aluno, como quadras, bibliotecas e laboratórios. A infraestrutura digital também deve ser considerada como uma forma de proporcionar mais qualidade de ensino e atrair a atenção dos estudantes, entre outras.

Da mesma forma, retirar recursos do apoio a entidade de ensino superior não federais, contribui para a fragilização da qualidade da educação superior no Distrito Federal.

Com relação a retirada de recursos de implementação de políticas de atenção à saúde no Distrito Federal, temos que considerar que a atenção básica à saúde caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral, a redução de recursos para essa aplicação causa grande prejuízo à população do DF, já combalida pela grave crise na área de saúde de experimentamos.

O objetivo da MPV de destinação de recursos para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, não merece reparo, no entanto, retirar recursos do Distrito Federal, sede do Governo, tanto na área de educação como na saúde, não pode ser suportada pelos moradores do Distrito Federal.

Por tais razões, apresento a presente Emenda, com o intuito de resguardar os recursos orçamentários do Distrito Federal.

Sala da Comissão, de julho de 2020.

Senador **IZALCI LUCAS**PSDB/DF





Gabinete do Senador IZALCI LUCAS